

GRAN

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os dados transcritos acima estão corretos e se estão corretamente registrados na sua **Folha de Respostas**. Confira também os dados em cada página numerada deste caderno de provas (desconsidere estas instruções, caso se trate de caderno de provas reserva). Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua **Folha de Respostas**, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos dados apresentados, solicite, de imediato, ao(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a) que tome as providências necessárias.
- 2 Durante a realização das provas, não se comunique com outros(as) candidatos(as) nem se levante sem autorização de um(a) dos(as) aplicadores(as) de provas.
- 3 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da **Folha de Respostas**.
- 4 Ao terminar as provas, chame o(a) aplicador(a) de provas mais próximo(a), devolva-lhe a sua **Folha de Respostas** e deixe o local de provas.
- 5 Nenhuma folha deste caderno pode ser levada para fora, exceto a **Folha de Respostas**, cujo cabeçalho será destacado pelo(a) chefe de sala ao final das provas, para fins de desidentificação.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na **Folha de Respostas** implicará a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

GRAN
VOCÊ É IMPARÁVEL!



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2505299080M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Polícia Federal

PF

CARGO:

Delegado

MODELO/BANCA:

Cebraspe

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

6/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

6/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

PF – 1º SIMULADO – DELEGADO (PÓS-EDITAL)

Direito Administrativo

Vinicius Marques

Sobre os critérios adotados para a conceituação do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 1 A adoção do critério do serviço público como delimitador do campo do Direito Administrativo revela-se compatível com a moderna jurisprudência do STF, pois permite compreender a função administrativa como toda atuação estatal voltada à prestação direta de utilidades aos cidadãos, ainda que por meio de atividades judiciais ou legislativas com efeitos concretos.

Acerca do objeto do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 2 O objeto do Direito Administrativo limita-se à disciplina das atividades administrativas executadas diretamente pelo Estado, não abrangendo as realizadas por particulares em colaboração com o poder público.

Acerca das fontes do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 3 A jurisprudência, especialmente a proveniente dos tribunais superiores, constitui fonte do Direito Administrativo ao contribuir para a interpretação uniforme das normas administrativas e influenciar a consolidação de entendimentos aplicáveis à atuação da Administração Pública.

Sobre o regime jurídico-administrativo e seus princípios estruturantes, julgue o item a seguir.

- 4 O princípio da indisponibilidade do interesse público confere à Administração Pública a liberdade de renunciar a direitos ou interesses, desde que em prol da eficiência administrativa.

Acerca dos princípios que regem o regime jurídico-administrativo, julgue o item a seguir.

- 5 O princípio da autotutela confere à Administração Pública o poder de revisar seus próprios atos apenas mediante autorização judicial prévia, como forma de preservar o devido processo legal.
- 6 O princípio da moralidade administrativa impõe à Administração Pública o dever de observar padrões éticos de conduta, mesmo que a atuação esteja formalmente de acordo com a legalidade.

Julgue o item a seguir, à luz do princípio da publicidade na Administração Pública.

- 7 A publicidade dos atos administrativos é regra geral. Uma das exceções em que se admite o sigilo ocorre quando necessário à segurança da sociedade e do Estado ou à proteção da intimidade.

Acerca do princípio da legalidade, julgue o item que se segue.

- 8 Para a Administração Pública, a legalidade não é apenas limite, mas fundamento de sua atuação: só é permitido fazer o que a lei autoriza expressamente.

Sobre os conceitos de Administração Pública, julgue o item a seguir.

- 9 O conceito formal de Administração Pública diz respeito ao conjunto de atividades exercidas pelo Estado com vistas à satisfação do interesse público, independentemente do órgão que as desempenhe.

Julgue o item a seguir, à luz das conceituações de Administração Pública.

- 10 No aspecto orgânico, Administração Pública corresponde ao conjunto de atividades administrativas realizadas por particulares mediante delegação estatal, como nos casos de concessão de serviço público.

Acerca do instituto do agente de fato no Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

Ethan Hunt, servidor público estável, teve sua nomeação para cargo de direção anulada por vício de competência, mas, durante o período em que exerceu o cargo, praticou diversos atos administrativos regulares, como autorizações e licenças.

- 11 Nessa hipótese, seus atos são válidos, à luz da teoria do agente de fato, pois foram praticados de boa-fé e sob aparência de legalidade.

Acerca do exercício de função pública por agente de fato, considere a situação hipotética e julgue o item seguinte.

John McClane, civil sem qualquer vínculo com a Administração Pública, invadiu prédio da Receita Federal e, passando-se por auditor, aplicou multas e lavrou autos de infração.

- 12 Embora sem investidura, seus atos são válidos com base na teoria do agente de fato, pois estavam revestidos de aparência de legalidade.

A respeito das espécies de atos administrativos, considere a situação hipotética e julgue o item a seguir.

Bilbo Bolseiro, servidor público federal, foi designado por portaria interna para atuar como fiscal de contratos administrativos em sua unidade. Ao perceber diversas irregularidades em um contrato de prestação de serviços, lavrou relatório técnico e propôs a rescisão unilateral do ajuste.

- 13 Nessa hipótese, o relatório de Bilbo configura um ato administrativo normativo, pois tem por finalidade aplicar sanções ao particular contratado.

Acerca dos preceitos do Direito Administrativo, julgue o item que se segue.

- 14 No âmbito do direito administrativo, o silêncio da administração pública, como regra, configura omissão ilícita e gera responsabilidade objetiva do Estado, sendo vedado atribuir-lhe qualquer efeito jurídico válido, salvo quando expressamente previsto em lei.

A respeito da teoria dos motivos determinantes, considere a situação hipotética e julgue o item a seguir.

O delegado da Polícia Federal Aureliano Fonseca, no exercício de função de chefia, editou portaria de remoção *ex officio* de um servidor, alegando a necessidade de reestruturação da equipe para atender a demandas operacionais. Contudo, posteriormente, verificou-se que a real motivação foi de natureza pessoal, em virtude de desavenças entre os dois.

- 15 Nessa situação, nos termos da teoria dos motivos determinantes, o ato é inválido, ainda que a remoção fosse, em tese, de competência do delegado.

Direito Constitucional

Ricardo Blanco

- 16 É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.
- 17 Conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- 18 São brasileiros naturalizados os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- 19 Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- 20 O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente.
- 21 São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- 22 Só é lícito o uso de algemas em casos de resistência e de fundado receio de fuga ou de perigo à integridade física própria ou alheia, por parte do preso ou de terceiros, justificada a excepcionalidade de forma escrita ou verbal, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade e de nulidade da prisão ou do ato processual a que se refere, sem prejuízo da responsabilidade civil do Estado.

- 23 É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

- 24 Compete à Justiça estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia, quando a ANATEL não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem opoente.

- 25 Compete à Justiça Federal comum processar e julgar civil denunciado pelos crimes de falsificação e de uso de documento falso quando se tratar de falsificação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) ou de Carteira de Habilitação de Amador (CHA), ainda que expedidas pela Marinha do Brasil.

- 26 É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.

- 27 Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.

- 28 A competência constitucional do Tribunal do Júri prevalece sobre o foro por prerrogativa de função estabelecido exclusivamente pela constituição estadual.

- 29 Segundo o STF, a carreira de delegado de polícia não pode ser equiparada às carreiras jurídicas.

- 30 A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e sociedade de economia mista, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

Direitos Humanos

Alice Rocha

- 31 Os direitos humanos caracterizam-se pela universalidade, indivisibilidade, interdependência e inalienabilidade, sendo que a universalidade significa que todos os seres humanos, independentemente de sua nacionalidade, raça, sexo, religião ou condição social, são titulares desses direitos pelo simples fato de pertencerem à espécie humana.
- 32 A Constituição Federal de 1988 estabelece que os direitos e garantias fundamentais nela expressos não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte, consagrando assim a cláusula de abertura do catálogo de direitos fundamentais.
- 33 A Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio define genocídio como qualquer dos atos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, incluindo entre esses atos a submissão intencional do grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial.

- 34 O Decreto-Lei n. 12.341/2024, que regulamenta a Lei n. 13.060/2014, estabelece que o uso da força pelos profissionais de segurança pública deve seguir a escala progressiva, iniciando-se pela presença dos agentes, seguida de verbalização, controle de contato, táticas defensivas não letais, força potencialmente letal, sendo vedada a inversão dessa sequência em qualquer circunstância.

Direito Civil

Cristiny Rocha

Conforme disposições do Código Civil sobre prescrição e decadência, analise a assertiva a seguir.

- 35 A pretensão para haver juros, dividendos ou quaisquer prestações acessórias, pagáveis, em períodos não maiores de um ano, com capitalização ou sem ela, prescreve em três anos.
- 36 Adquire-se a posse desde o momento em que se torna possível o exercício, em nome próprio, de qualquer dos poderes inerentes à propriedade. A posse pode ser inclusive adquirida por terceiro sem mandato, independentemente de ratificação quando conhecida pelo mandante.

Conforme disposições da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, analise a assertiva a seguir.

- 37 Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos, salvo se as consequências práticas da decisão forem imprevisíveis.

Direito Processual Civil

Cristiny Rocha

- 38 A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, subsidiariamente, os seguintes requisitos: existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

Analise a assertiva acerca dos limites da jurisdição nacional e julgue se está certa ou errada.

- 39 A ação proposta perante tribunal estrangeiro não induz litispendência nem impede a homologação da sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil, ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil.
- 40 A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando ficar caracterizado o abuso do direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório da parte, caso em que haverá contraditório diferido e o juiz poderá decidir liminarmente.

Direito Empresarial

Edilson Enedino

- 41 As disposições do art. 602 do CPC/2015, que tratam da dissolução parcial da sociedade, se mostram incompatíveis à hipótese de dissolução total da empresa, uma vez que permitem que a sociedade pleiteie, na contestação, indenização contra o sócio que ajuizou seu pedido de retirada da sociedade. Na dissolução total da sociedade, todos os sócios deixarão o quadro social, de modo que é incompatível o pedido de indenização contra algum deles.
- 42 A legislação especial cambiária que regula a Letra de Câmbio e a Nota Promissória admitem a forma parcial do aceite, do aval e do pagamento, mas consideram nula a forma parcial do endosso.
- 43 O sócio que está na condição de mandatário não pode votar matéria que lhe diga respeito diretamente, mas sua cota do capital social deve ser incluída para fins de quórum de deliberação que envolva a sua administração, inclusive quando em discussão a sua permanência ou não no cargo de administrador, ou a aprovação das suas contas.

Direito Internacional Público e Cooperação Internacional

Alice Rocha

- 44 O Direito Internacional Público tem como fontes principais os tratados internacionais, o costume internacional e os princípios gerais de direito reconhecidos pelas nações civilizadas, sendo que as decisões judiciais e a doutrina dos publicistas mais qualificados constituem meios auxiliares para a determinação das regras de direito, conforme estabelece o Estatuto da Corte Internacional de Justiça.
- 45 A ratificação de um tratado internacional pelo Congresso Nacional é suficiente para que suas disposições produzam efeitos no ordenamento jurídico brasileiro.
- 46 De acordo com a Convenção de Palermo (Decreto-Lei n. 5.015/2004), considera-se “grupo criminoso organizado” o grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na presente Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material.
- 47 O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas (Decreto-Lei n. 5.017/2004) estabelece que o consentimento da vítima de tráfico de pessoas para a exploração pretendida é irrelevante quando tiver sido utilizado qualquer dos meios referidos na definição de tráfico de pessoas.
- 48 Segundo o Protocolo de São Luís sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Penal (Decreto-Lei n. 3.468/2000), a extradição poderá ser denegada quando o fato que a motiva constituir delito político ou delito comum conexo com delito político.

- 49 A imunidade de jurisdição dos Estados estrangeiros perante os tribunais brasileiros é absoluta, não comportando exceções.
- 50 As organizações internacionais possuem personalidade jurídica internacional derivada, sendo criadas pelos Estados por meio de tratados constitutivos, e sua capacidade jurídica limita-se aos poderes que lhes foram expressamente conferidos pelos Estados-membros ou que sejam necessários ao exercício de suas funções.

Direito Penal

Douglas Vargas

- 51 A condenação pelo crime de tráfico de drogas exige a demonstração da materialidade delitiva por meio de provas idôneas, sendo imprescindível a apreensão de substância entorpecente ou outros elementos concretos que demonstrem a traficância.
- 52 Para que se configure o crime de prevaricação, não é necessário dolo específico, sendo suficiente a mera negligência, comodismo ou mesmo descompromisso no exercício do cargo público pelo acusado.
- 53 A pena do crime de feminicídio será aumentada se o crime for praticado contra mulher que seja mãe de uma pessoa com deficiência, independentemente da idade dessa pessoa.
- 54 A conduta de lesão corporal dolosa será objeto de causa de aumento de pena se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade.
- 55 Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado, configura crime de perigo de contágio de moléstia grave, não havendo previsão para responsabilização culposa para o referido tipo penal.
- 56 Aumenta-se a pena do delito de abandono de incapaz, dentre outras possibilidades, se o abandono ocorre em lugar ermo ou se o agente é irmão da vítima.
- 57 A exigência de cheque-caução, nota promissória ou qualquer garantia, bem como o preenchimento prévio de formulários administrativos, como condição para o atendimento médico-hospitalar emergencial, pode configurar crime de omissão de socorro, a depender das circunstâncias do caso concreto.
- 58 Ocorre modalidade qualificada da conduta de roubo se a violência ou grave ameaça são exercidas com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.
- 59 Configura crime de extorsão previsto no art. 158 do Código Penal exigir ou receber, como garantia de dívida, abusando da situação de alguém, documento que pode dar causa a procedimento criminal contra a vítima ou contra terceiro.

- 60 Considera-se qualificada a conduta de dano se o crime é cometido com emprego de substância inflamável, ainda que o fato constitua crime mais grave.

Tyrion apropriou-se de coisa alheia móvel, da qual tinha a posse ou detenção, de forma livre, consciente e intencional. Ele fez isso, ainda, na qualidade de síndico.

- 61 Com base em tais informações, é possível afirmar que Tyrion praticou, ao menos em tese, delito de apropriação indébita, com pena aumentada em razão de ter recebido a coisa na qualidade de síndico.

Cersei praticou o delito conhecido como fraude eletrônica, modalidade qualificada do delito de estelionato no qual a fraude é cometida com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes sociais, contatos telefônicos ou envio de correio eletrônico fraudulento. No referido contexto, restou comprovado que Cersei utilizou ainda servidor mantido fora do território nacional.

- 62 Considerando as circunstâncias apresentadas, caso Cersei seja responsabilizada criminalmente pela conduta de estelionato, o magistrado deverá aumentar a pena do delito de fraude eletrônica, em razão da utilização do referido servidor mantido fora do território brasileiro.
- 63 Pratica crime de estelionato aquele que enganar, no exercício de atividade comercial, o consumidor, vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada.
- 64 Quanto ao crime de receptação, é correto afirmar que a punibilidade subsiste ainda que isento de pena o autor do crime do qual proveio a coisa receptada. Não é possível, no entanto, punir a receptação relacionada caso o autor do crime do qual proveio a coisa seja desconhecido.
- 65 Se o crime contra o patrimônio é praticado sem violência ou grave ameaça à pessoa (como é o caso, por exemplo, do furto), é possível que o autor seja isento de pena, caso tenha subtraído a coisa do cônjuge, na constância da sociedade conjugal. Tal hipótese se aplica ainda que o referido cônjuge tenha idade superior a sessenta anos de idade.
- 66 Aquele que pratica navegação de cabotagem, em qualquer caso, pratica conduta equiparada ao delito de contrabando.
- 67 No crime de sonegação de contribuição previdenciária, fica extinta a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara e confessa as contribuições, importâncias ou valores e presta as informações devidas à previdência social, na forma definida em lei ou regulamento, desde que antes do início da ação fiscal.
- 68 Considerando os aspectos penais da Lei n. 11.101/2005, é possível afirmar que não há previsão de nenhuma conduta penalmente típica que admita a forma culposa.
- 69 Pratica crime ambiental contra a flora quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural.

- 70** Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção, é crime ambiental contra a flora, o qual admite, por expressa previsão legal, a forma culposa.
- 71** Ainda quanto aos crimes contra o meio ambiente, é correto afirmar que provocar incêndio em mata ou floresta constitui figura típica penal, a qual, no entanto, não abrange demais formas de vegetação.
- 72** Segundo a lei que dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal, quando, para a realização de determinado ato, for exigida a apresentação de documento de identificação, a pessoa que fizer a exigência fará extrair, no prazo de até 10 (dez) dias, os dados que interessarem, devolvendo em seguida o documento ao seu exibidor.
- 73** Quando o documento de identidade for indispensável para a entrada de pessoa em órgãos públicos ou particulares, serão seus dados anotados no ato e devolvido o documento imediatamente ao interessado.
- 74** Constitui crime a retenção de qualquer documento a que se refere a lei que versa sobre apresentação e uso de documentos de identificação pessoal (Lei n. 5.553/1968), não havendo previsão de modalidade culposa para a referida conduta.

Direito Processual Penal

Douglas Vargas

- 75** Não satisfazem a exigência legal para a realização de busca pessoal ou veicular meras informações de fonte não identificada, tais como as denúncias anônimas, sem que haja descrição concreta e precisa do indivíduo ou veículo suspeitos, pautada em elementos objetivos. No entanto, a abordagem veicular realizada em razão de informe prévio contendo descrição pormenorizada de um veículo que estaria transportando drogas, com detalhamento de sua placa e de suas características, constitui fundamento adequado e suficiente para autorizar a diligência de busca.
- 76** Segundo a jurisprudência do STJ, não mais se admite, no ordenamento jurídico vigente, a possibilidade de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva ou prisão temporária, de ofício, pelo magistrado.
- 77** Segundo o Código de Processo Penal, se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar, mediante autorização judicial, às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados – como sinais, informações e outros – que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso. Em tal contexto, o sinal deverá ser fornecido pela prestadora de telefonia móvel celular por período não superior a 15 (quinze) dias, renovável por uma única vez, por igual período.
- 78** Segundo o Código de Processo Penal, nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.
- 79** Segundo consta expressamente no texto do Código de Processo Penal, a denúncia ou queixa devem conter a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado e da vítima, a classificação do crime e, em todos os casos, o rol das testemunhas.
- 80** Sobre o instituto do perdão no direito processual penal, é correto afirmar que o perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, produzindo efeitos em relação até mesmo ao querelado que o recusar. Se o querelante for menor de 21 e maior de 18 anos, o direito de perdão poderá ser exercido por ele ou por seu representante legal, mas o perdão concedido por um, havendo oposição do outro, não produzirá efeito.
- 81** Ainda sobre o tema ação penal, quanto aos institutos do perdão e da renúncia, em caso de seu exercício tácito (perdão tácito e renúncia tácita), é correto afirmar que todos os meios de prova são admitidos. Ademais, no caso de concessão do perdão, mediante declaração expressa nos autos, o querelado será intimado a dizer, dentro de três dias, se aceita o perdão, sendo cientificado, ao mesmo tempo, de que seu silêncio importará aceitação.
- 82** Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte. A cadeia de custódia compreende o rastreamento do vestígio em diversas etapas, sendo conhecida como etapa de fixação aquela que consiste no ato de evitar que se altere o estado das coisas, envolvendo o isolamento e a preservação do ambiente imediato, mediato e relacionado aos vestígios e local de crime.
- 83** Segundo o Código de Processo Penal, a coleta dos vestígios deverá sempre ser realizada por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- 84** O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame. Cabe adicionar, ainda, que os peritos oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo no ato da realização da perícia.
- 85** Em caso de exumação para exame cadavérico, a autoridade providenciará para que, em dia e hora previamente marcados, se realize a diligência, da qual se lavrará auto circunstanciado. O Código de Processo Penal prevê que o administrador de cemitério público ou particular indicará o lugar da sepultura, sob pena de responder pelo crime de resistência. No caso de recusa ou de falta de quem indique a sepultura, ou de encontrar-se o cadáver em lugar não destinado a inumações, a autoridade procederá às pesquisas necessárias, o que tudo constará do auto.
- 86** Em caso de lesões corporais, se o primeiro exame pericial tiver sido incompleto, proceder-se-á a exame complementar por determinação da autoridade policial ou judiciária, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do ofendido ou do acusado, ou de seu defensor. No exame complementar, os peritos não terão presente o auto de corpo de delito, a fim de evitar a contaminação de sua interpretação dos fatos em razão do relato anterior.

- 87** Em regra, o magistrado não fica adstrito ao laudo pericial, podendo aceitá-lo ou rejeitá-lo, no todo ou em parte.
- 88** Só se admite a decretação do instituto da prisão preventiva se o crime praticado for doloso e punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos.
- 89** Na atual sistemática da prisão preventiva, uma vez decretada a medida, deverá o órgão emissor da decisão revisar a necessidade de sua manutenção a cada 90 (noventa) dias, mediante decisão fundamentada, de ofício, sob pena de tornar a prisão ilegal.
- 90** Admitem a decretação de prisão temporária todos os delitos que admitem a decretação de prisão preventiva, haja vista que ambos os institutos possuem rol taxativo de crimes previsto em lei – dentre eles figurando o delito de homicídio doloso, o delito de roubo, o delito de extorsão e o delito de genocídio.
- 91** A prisão temporária será decretada pelo juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, e em regra terá o prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade. Na hipótese de representação da autoridade policial, o juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público, e o despacho que decretar a prisão temporária deverá ser fundamentado e prolatado dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do recebimento da representação ou do requerimento.
- 92** Segundo o Código de Processo Penal, nos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos, cujo processo e julgamento competirão aos juízes de direito, a queixa ou a denúncia será instruída com documentos ou justificação que façam presumir a existência do delito ou com declaração fundamentada da impossibilidade de apresentação de qualquer dessas provas. Nos crimes afiançáveis, estando a denúncia ou queixa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do acusado, para responder por escrito, dentro do prazo de quinze dias.
- 93** Quanto ao tema citações e intimações, são requisitos da citação por mandado a leitura do mandado ao citando pelo oficial e entrega da contrafé, na qual se mencionará dia e hora da citação e a declaração do oficial, na certidão, da entrega da contrafé, e sua aceitação ou recusa.
- 94** Ainda sobre o tema citações, é certo que o réu preso será pessoalmente citado, e que o militar deverá ser citado por intermédio do chefe do respectivo serviço. Por outro lado, caso o oficial de justiça verifique que o réu se oculta para não ser citado, deverá proceder à sua citação por edital, com o prazo de quinze dias.
- 95** Dentre outras hipóteses, julgar-se-á quebrada a fiança quando o acusado, regularmente intimado para ato do processo, deixar de comparecer, sem motivo justo, ou quando este deliberadamente praticar ato de obstrução ao andamento do processo.

- 96** A única hipótese em que a fiança será cassada, segundo o Código de Processo Penal, é aquela que ocorre quando reconhecida a existência de delito inafiançável, no caso de inovação na classificação do delito pelo magistrado.
- 97** Rege o Código de Processo Penal que a autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos. Nos demais casos, a fiança será requerida ao juiz, que decidirá em 24 (vinte e quatro) horas.
- 98** Dentre outras hipóteses, não se admite a concessão de fiança nos crimes cometidos por grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.

Criminologia

Ronaldo Paiva

- 99** A sociologia criminal é uma área da sociologia que estuda o crime como um fenômeno social, buscando compreender suas causas, consequências e os fatores que influenciam seu surgimento. Diferente de abordagens que focam apenas o indivíduo, como a psicologia criminal, a sociologia criminal analisa o crime em um contexto mais amplo, considerando aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. A criminologia passa a enxergar o crime como um fenômeno social e coletivo a partir dos estudos de Albert Cohen na Teoria do Etiquetamento.
- 100** Na teoria desenvolvida por Edwin Sutherland, o comportamento criminoso é absorvido principalmente em grupos de pessoas com intimidade entre si; assim, meios de comunicação de massa têm menor influência nesse sentido. Em suas interações sociais, indivíduos aprendem valores, comportamentos e habilidades que explicam por que algumas pessoas cometem determinados tipos de crimes.
- Imagine um jovem que comete um pequeno furto. Se ele for rotulado como “ladrão” pela sociedade, esse rótulo pode influenciar sua autoimagem e limitar suas oportunidades futuras. Ele pode começar a acreditar que é realmente um “ladrão” e, devido à exclusão social, buscar aceitação em grupos criminosos, perpetuando o comportamento desviante.
- 101** No exemplo exposto, a teoria que explica o comportamento criminal é a Teoria do Interacionismo Simbólico.
- 102** A Teoria Crítica e Radical sugere que o crime não ocorre de forma aleatória; ele está concentrado em determinadas áreas ou “zonas” da cidade. Essas áreas geralmente apresentam características sociais e econômicas específicas que contribuem para a ocorrência de comportamentos criminosos. Tal fenômeno criminal está ligado ao crescimento natural das grandes metrópoles.

Direito Previdenciário

Fernando Maciel

- 103** A Seguridade Social no Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988, compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência social e à assistência social, sendo sua organização regida pelo princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- 104** A carência para a aposentadoria por idade urbana é de 180 contribuições mensais, sendo irrelevante se essas contribuições foram realizadas de forma ininterrupta.
- 105** Para que o cônjuge ou companheiro tenha direito à pensão por morte, é imprescindível a comprovação de dependência econômica em relação ao segurado falecido, independentemente do tempo de casamento ou união estável.
- 106** O segurado especial, para ter direito aos benefícios previdenciários, deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, pelo período mínimo exigido para o benefício, não sendo exigível o recolhimento de contribuições previdenciárias diretas.
- 107** Os benefícios previdenciários não podem ser objeto de penhora, arresto ou sequestro, exceto nos casos de pensão alimentícia judicialmente fixada, bem como em outras hipóteses previstas em lei.
- 108** A contribuição do segurado empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso é calculada mediante aplicação de alíquotas progressivas sobre o salário de contribuição, respeitando-se o limite máximo do salário de contribuição.
- 109** De acordo com o que preconiza o Código Penal, a extinção da punibilidade nos crimes contra a ordem tributária e contra a Previdência Social está condicionada ao pagamento integral do débito tributário e previdenciário, a qualquer tempo, desde que antes do trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
- 110** Para a caracterização do crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do Código Penal), é necessária a comprovação do dolo específico de fraudar a Previdência Social, bem como a efetiva lesão ao erário.

Direito Financeiro

Anderson Ferreira

Julgue o item que se segue, relativo às despesas públicas.

- 111** O reconhecimento da despesa orçamentária, no orçamento público brasileiro, ocorre sob o regime de caixa.
- 112** Em determinado exercício financeiro, a diferença positiva entre as receitas arrecadadas e despesas empenhadas não deve ser reconhecida como fonte para a abertura de créditos adicionais.

Direito Tributário

Renato Grilo

- 113** Uma empresa estatal (sociedade de economia mista) cujo capital é aberto com ações negociadas em Bolsa goza constitucionalmente de imunidade.
- 114** Considerando a criação de uma isenção tributária fundada em critérios específicos no atendimento de condições específicas pelo contribuinte, e por prazo determinado, sabe-se que se trata tecnicamente de uma isenção onerosa.
- 115** Acerca do conceito legal de “tributo”, pode-se afirmar que não existe tributo que tenha por objeto subjacente o fazer ou deixar de fazer alguma coisa.
- 116** A respeito do instituto da “denúncia espontânea”, previsto no art. 138 do CTN, pode-se afirmar que a simples confissão da dívida, acompanhada do seu pedido de parcelamento, não configura denúncia espontânea.
- 117** O redirecionamento da execução fiscal, quando fundado na dissolução irregular da pessoa jurídica executada ou na presunção de sua ocorrência, pode ser autorizado contra o sócio ou o terceiro não sócio, com poderes de administração na data em que configurada ou presumida a dissolução irregular, ainda que não tenha exercido poderes de gerência quando ocorrido o fato gerador do tributo não adimplido, conforme art. 135, III, do CTN.
- 118** Acerca das características dos tributos em espécie, pode-se afirmar que o fato gerador do imposto não está vinculado a nenhuma atuação estatal específica em relação ao contribuinte.

Direito Ambiental

Renato Pulz

- 119** O princípio da precaução, previsto no Direito Ambiental, estabelece que, diante de riscos de danos ambientais sérios ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não pode ser usada como justificativa para postergar medidas eficazes e economicamente viáveis que previnam a degradação ambiental.
- 120** A responsabilidade civil por danos ambientais, no Brasil, é subjetiva, exigindo a comprovação de culpa ou dolo do agente causador para que haja obrigação de reparar o dano.

Discursiva

Carla Alves

QUESTÃO 01

Discorra em até 30 linhas sobre o consentimento do ofendido, respondendo aos seguintes questionamentos:

- 1) No crime de tráfico de pessoas com a finalidade de exploração sexual, quais são as consequências do consentimento dado pela vítima? [valor: 2,00 pontos]
- 2) Quais são as repercussões do consentimento do ofendido na esfera penal? [valor: 2,00 pontos]

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

Os policiais civis do estado X, após a realização de assembleia geral e comunicação prévia ao Poder Executivo, deram início à greve da categoria, de forma pacífica, observando o direito de trabalho dos policiais não grevistas e preservando minimamente a prestação dos serviços essenciais. Com base na situação hipotética apresentada, redija, em até 30 linhas, com fundamento na Constituição Federal e na atual jurisprudência do STF, um texto dissertativo abordando os seguintes aspectos:

- 1) O exercício do direito de greve por servidor público na ausência de lei regulamentadora; [valor: 1,00 ponto]
- 2) O desconto pela Administração Pública na remuneração em função dos dias de paralisação decorrentes do exercício do direito de greve; [valor: 1,00 ponto]
- 3) A greve como um direito de todos os servidores públicos; [valor: 0,50 ponto]
- 4) O exercício do direito de greve por policiais civis e servidores públicos atuantes na área de segurança pública. [valor: 1,50 pontos]

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

Considere-se que um agente público, ocupante de cargo de chefia no âmbito da administração pública, determine, por meio de ato administrativo, em decorrência de desavenças pessoais, a remoção de servidor público subordinado para outra localidade do território nacional.

Considerando essa hipótese e as normas do direito administrativo, redija um texto de até 30 linhas respondendo aos próximos questionamentos.

- 1) Nessa situação, fica caracterizado o abuso de poder? [valor: 1,00 ponto]
- 2) Quais são as espécies de abuso de poder? [valor: 1,00 ponto]
- 3) Quais são os efeitos e as consequências possíveis do ato praticado com abuso de poder? [valor: 2,00 pontos]

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Peça Profissional

Carhla Alves

Em fevereiro de 2025, a Receita Federal apreendeu 416 kg de cocaína ocultos em um contêiner contendo cera de carnaúba, no Porto do Mucuripe, em Fortaleza/CE. A carga estava destinada ao Japão, com escala programada na França. A apreensão ocorreu durante operação de rotina no terminal portuário e chamou a atenção pela sofisticação do modo de ocultação da droga.

Diante da apreensão, a Polícia Federal instaurou inquérito policial para apuração da prática delitiva. No decorrer da investigação, surgiram indícios de que a atuação criminosa não era isolada: servidores da Companhia Docas do Ceará e funcionários de empresas terceirizadas estariam envolvidos no esquema de remessa de entorpecentes ao exterior.

Conforme apurado, o grupo criminoso se caracteriza pela associação de ao menos quatro pessoas, com estrutura ordenada e divisão de tarefas, com o objetivo de enviar a droga para o Japão.

Durante a investigação, a autoridade policial representou judicialmente pela quebra do sigilo bancário e pela interceptação telefônica. As medidas foram deferidas pela 2ª Vara Criminal da Subseção Judiciária de Fortaleza, mas não resultaram na obtenção de provas relevantes.

Nesta data, João da Silva, funcionário terceirizado do porto, compareceu espontaneamente à delegacia e, temendo retaliações, solicitou prestar depoimento como testemunha não identificada. Ele confirmou que Aldir Braseiro é o líder da organização criminosa e informou que no próximo sábado, às 12 horas, haverá uma reunião na sala de Aldir, no segundo andar da sede da Companhia Docas do Ceará, localizada na Rua Dom Gerardo, S/N, Porto Macuco, Fortaleza/CE, para tratar dos detalhes finais da remessa de uma nova carga de entorpecentes ao exterior.

Na qualidade do Delegado de Polícia responsável pelas atividades de Polícia Judiciária que preside o procedimento relativo aos fatos narrados, redija a peça processual adequada à continuidade das investigações. Dispense os fatos. Fundamente e motive. Redija o texto em até 90 linhas.

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	



POLÍCIA FEDERAL
1º SIMULADO
DELEGADO (PÓS-EDITAL)

GABARITO

Item	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Gabarito	E	E	C	E	E	C	C	C	E	E
Item	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Gabarito	C	E	E	E	C	C	E	E	C	C
Item	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
Gabarito	C	E	C	C	C	C	C	C	C	E
Item	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
Gabarito	C	C	C	E	C	E	E	E	C	E
Item	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
Gabarito	E	C	E	C	E	C	C	C	E	C
Item	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
Gabarito	C	E	C	E	E	C	E	E	E	E
Item	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70
Gabarito	C	C	E	E	E	E	C	C	E	C
Item	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
Gabarito	E	E	C	E	C	C	E	C	E	E
Item	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90
Gabarito	C	E	E	E	E	E	C	E	C	E
Item	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Gabarito	C	C	C	E	C	E	E	C	E	C
Item	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110
Gabarito	C	E	C	C	E	C	C	C	E	E
Item	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120
Gabarito	E	C	E	C	C	C	C	C	C	E

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora

PF – 1º SIMULADO – DELEGADO (PÓS-EDITAL)

Direito Administrativo

Vinicius Marques

Sobre os critérios adotados para a conceituação do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 1 A adoção do critério do serviço público como delimitador do campo do Direito Administrativo revela-se compatível com a moderna jurisprudência do STF, pois permite compreender a função administrativa como toda atuação estatal voltada à prestação direta de utilidades aos cidadãos, ainda que por meio de atividades judiciais ou legislativas com efeitos concretos.

Errado.

Assunto abordado: Critérios de conceituação do Direito Administrativo. O critério do serviço público, embora tenha sido amplamente aceito em momentos históricos do desenvolvimento do Direito Administrativo, mostra-se hoje insuficiente, por ser **restritivo e não abranger toda a atividade administrativa**, como os atos normativos infralegais, o poder de polícia, ou a atuação administrativa interna. Ademais, **atividades judiciais ou legislativas com efeitos concretos** não integram a função administrativa nem estão sujeitas ao regime jurídico-administrativo.

O STF tem delimitado de forma mais precisa o conceito de função administrativa em sua jurisprudência, afastando a confusão entre funções típicas e atípicas dos Poderes. O Supremo já reafirmou que a função administrativa é **aquela desempenhada sob o regime de direito público, com finalidade pública e sujeita ao controle por legalidade e finalidade**, o que exclui atividades legislativas e jurisdicionais, mesmo que tenham efeitos concretos.

A doutrina também sustenta isso. Segundo Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o critério do serviço público “não abrange todas as atividades administrativas e exclui parcelas relevantes da função administrativa que não constituem serviços públicos, como a atividade de polícia administrativa, a atividade normativa secundária e a função de planejamento”.

Acerca do objeto do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 2 O objeto do Direito Administrativo limita-se à disciplina das atividades administrativas executadas diretamente pelo Estado, não abrangendo as realizadas por particulares em colaboração com o poder público.

Errado.

Assunto abordado: Objeto do Direito Administrativo.

O objeto do Direito Administrativo compreende a atividade administrativa como função do Estado, mas não se limita às ações executadas diretamente por seus órgãos. Abrange também as atividades desenvolvidas por particulares em regime de delegação, colaboração ou concessão, desde que integradas ao desempenho da função administrativa. Essa compreensão é expressamente reconhecida na doutrina e na jurisprudência do STF, que admite, por exemplo, a incidência do regime jurídico administrativo sobre atos praticados por concessionárias de serviços públicos.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro aponta que “o Direito Administrativo abrange o conjunto de normas jurídicas que regulam a atividade administrativa do Estado, seja exercida diretamente pela Administração Pública ou indiretamente por particulares delegatários de função pública”.

Conforme jurisprudência do STF:

As concessionárias de serviço público submetem-se ao regime jurídico próprio da Administração Pública quando exercem funções delegadas pelo Estado, inclusive quanto à responsabilidade civil objetiva prevista no art. 37, § 6º, da CF.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 36. ed., 2023, p. 58.

Acerca das fontes do Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

- 3 A jurisprudência, especialmente a proveniente dos tribunais superiores, constitui fonte do Direito Administrativo ao contribuir para a interpretação uniforme das normas administrativas e influenciar a consolidação de entendimentos aplicáveis à atuação da Administração Pública.

Certo.

Assunto abordado: Fontes do Direito Administrativo.

A jurisprudência é considerada uma fonte mediata do Direito Administrativo. Ainda que não tenha, em regra, força vinculante, salvo nos casos previstos constitucionalmente (como os precedentes qualificados do art. 927 do CPC), a atuação reiterada dos tribunais superiores orienta a interpretação e aplicação do direito, influenciando diretamente a conduta da Administração Pública e dos administrados. A importância da jurisprudência, nesse campo, se acentua diante da ausência de um código sistematizado de Direito Administrativo.

Celso Antônio Bandeira de Mello afirma: “A jurisprudência tem relevância como fonte do Direito Administrativo, uma vez que contribui para a estabilização das soluções jurídicas e para a previsibilidade da atuação administrativa”.

Segundo o STJ: “A jurisprudência consolidada dos tribunais superiores possui caráter orientador e deve ser observada pela Administração Pública para garantir a legalidade e a segurança jurídica.”

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 36. ed., 2023, p. 100.

Sobre o regime jurídico-administrativo e seus princípios estruturantes, julgue o item a seguir.

- 4 O princípio da indisponibilidade do interesse público confere à Administração Pública a liberdade de renunciar a direitos ou interesses, desde que em prol da eficiência administrativa.

Errado.

Assunto abordado: Princípio da indisponibilidade do interesse público.

A indisponibilidade do interesse público significa que a Administração não tem a liberdade de renunciar a direitos ou bens públicos como se o fizesse em nome próprio. Ao contrário, ela deve agir sempre com fundamento na lei, buscando atender ao interesse coletivo, mas sem poder dispor livremente sobre esse interesse. Mesmo que haja aparente ganho de eficiência, a atuação administrativa deve respeitar os limites legais.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que “a indisponibilidade significa que a Administração não pode agir como se fosse dona da coisa pública; ela deve zelar pelos bens e interesses que pertencem à coletividade, e não pode deles dispor livremente”.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 35. ed., 2022, p. 88.

Acerca dos princípios que regem o regime jurídico-administrativo, julgue o item a seguir.

- 5 O princípio da autotutela confere à Administração Pública o poder de revisar seus próprios atos apenas mediante autorização judicial prévia, como forma de preservar o devido processo legal.

Errado.

Assunto abordado: Princípio da autotutela administrativa.

O princípio da autotutela permite à Administração rever seus próprios atos quando ilegais, a qualquer tempo, ou anulá-los, **sem necessidade de autorização judicial prévia**. Isso decorre do poder-dever da Administração de zelar pela legalidade de seus atos e interesses públicos. Diogo de Figueiredo Moreira Neto afirma: “A autotutela consiste no poder que tem a Administração de rever, por seus próprios meios, os atos administrativos, anulando-os ou revogando-os conforme o caso, sem necessidade de provocação judicial”.

Ainda conforme a Súmula 473 do STF: “A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos (...)”.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de Direito Administrativo. 25. ed., 2023, p. 156.

- 6 O princípio da moralidade administrativa impõe à Administração Pública o dever de observar padrões éticos de conduta, mesmo que a atuação esteja formalmente de acordo com a legalidade.

Certo.

Assunto abordado: Princípios administrativos.

A moralidade administrativa transcende a mera legalidade formal, exigindo da Administração condutas pautadas na ética, boa-fé e lealdade. Um ato pode ser legal, mas imoral, e por isso inválido.

Celso Antônio Bandeira de Mello leciona: “A moralidade administrativa é uma moral jurídica, imposta pela ordem legal, e a sua inobservância, além de ilícita, torna o ato inválido”.

Segundo o STF: “A moralidade administrativa é princípio constitucional que não pode ser desconsiderado sob pena de se admitir o desvirtuamento da atividade estatal”.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 37. ed., 2023, p. 123.

Julgue o item a seguir, à luz do princípio da publicidade na Administração Pública.

- 7 A publicidade dos atos administrativos é regra geral. Uma das exceções em que se admite o sigilo ocorre quando necessário à segurança da sociedade e do Estado ou à proteção da intimidade.

Certo.

Assunto abordado: Princípios administrativos.

O princípio da publicidade visa garantir a transparência e o controle social sobre a Administração. Exceções são previstas expressamente, como nos casos de segurança nacional e proteção da intimidade, conforme o art. 5º, inciso XXXIII da CF/1988 e a Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011).

A jurisprudência do STF reforça esse tema: “A publicidade é princípio central da Administração Pública, cuja limitação depende de expressa previsão legal e justificação proporcional”.

Ainda segundo o art. 5º, XXXIII, da CF:

XXXIII – Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade (...)

Acerca do princípio da legalidade, julgue o item que se segue.

- 8 Para a Administração Pública, a legalidade não é apenas limite, mas fundamento de sua atuação: só é permitido fazer o que a lei autoriza expressamente.

Certo.

Assunto abordado: Princípio da legalidade.

Exatamente. A legalidade, no âmbito da Administração, é estrita: só se pode agir conforme expressa autorização legal. Isso difere do particular, que pode fazer tudo o que não for proibido.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro destaca: “Para o administrador público, a legalidade significa agir conforme a lei e dentro dos limites por ela impostos; a vontade pessoal não tem relevância jurídica”.

Segundo jurisprudência do STF: “O princípio da legalidade administrativa impõe sujeição absoluta da atividade estatal à norma legal, vedando qualquer atuação fundada apenas em critérios de conveniência do agente público.”

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 35. ed., 2022, p. 68.

Sobre os conceitos de Administração Pública, julgue o item a seguir.

- 9 O conceito formal de Administração Pública diz respeito ao conjunto de atividades exercidas pelo Estado com vistas à satisfação do interesse público, independentemente do órgão que as desempenhe.

Errado.

Assunto abordado: Conceito formal de Administração Pública.

O item incorre em erro ao confundir os conceitos material e formal. O conceito formal de Administração Pública se refere aos sujeitos que exercem função administrativa — ou seja, os órgãos e entidades que compõem a estrutura administrativa do Estado. Já o conceito material diz respeito às atividades típicas da função administrativa, como serviço público, poder de polícia, fomento, independentemente do ente que as realize.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro esclarece: “No sentido formal, a Administração Pública é o conjunto de órgãos incumbidos da função administrativa; no sentido material, é a própria atividade exercida”.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, 35. ed., p. 71.

Julgue o item a seguir, à luz das conceituações de Administração Pública.

- 10 No aspecto orgânico, Administração Pública corresponde ao conjunto de atividades administrativas realizadas por particulares mediante delegação estatal, como nos casos de concessão de serviço público.

Errado.

Assunto abordado: Conceito orgânico de Administração Pública.

O erro está em associar o conceito orgânico à execução da atividade administrativa. O aspecto orgânico diz respeito aos sujeitos que integram a Administração Pública, ou seja, os entes e órgãos públicos, e não aos particulares delegatários. Particulares que atuam por delegação (ex.: concessionárias) podem estar inseridos no conceito material (quando desempenham função administrativa), mas não compõem a estrutura orgânica do Estado.

Celso Antônio Bandeira de Mello ensina: “No sentido orgânico, Administração Pública é o conjunto de órgãos instituídos para exercer a função administrativa; não se inclui nesse conceito o particular que atua mediante delegação”.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, 37. ed., p. 101.

Acerca do instituto do agente de fato no Direito Administrativo, julgue o item a seguir.

Ethan Hunt, servidor público estável, teve sua nomeação para cargo de direção anulada por vício de competência, mas, durante o período em que exerceu o cargo, praticou diversos atos administrativos regulares, como autorizações e licenças.

- 11 Nessa hipótese, seus atos são válidos, à luz da teoria do agente de fato, pois foram praticados de boa-fé e sob aparência de legalidade.

Certo.

Assunto abordado: Agente de fato e validade dos atos administrativos.

A teoria do **agente de fato** (ou agente putativo) assegura a **validade dos atos administrativos praticados por quem se apresenta como agente público**, mas **não possui título legítimo**, desde que haja **boa-fé e aparência de legalidade**. A jurisprudência do STF e do STJ reconhece que, para proteger a estabilidade das relações jurídicas e o interesse público, os atos assim praticados devem ser considerados válidos.

Di Pietro ainda afirma: “O agente de fato atua sem investidura regular, mas seus atos são considerados válidos em nome da segurança jurídica e da boa-fé”.

A jurisprudência, ademais, tem entendido que os atos praticados por agente de fato devem ser tidos por válidos para não comprometer a ordem administrativa.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, 35. ed., p. 674.

Acerca do exercício de função pública por agente de fato, considere a situação hipotética e julgue o item seguinte.

John Mcclane, civil sem qualquer vínculo com a Administração Pública, invadiu prédio da Receita Federal e, passando-se por auditor, aplicou multas e lavrou autos de infração.

- 12 Embora sem investidura, seus atos são válidos com base na teoria do agente de fato, pois estavam revestidos de aparência de legalidade.

Errado.

Assunto abordado: Limites da atuação do agente de fato.

A teoria do agente de fato **não abrange situações de usurpação de função**, ou seja, quando alguém **sem qualquer título ou autorização estatal** se arroga indevidamente o exercício de função pública. Nesse caso, **os atos são nulos** e o indivíduo responde **criminalmente** (art. 328 do CP). A aparência de legalidade não legitima a atuação completamente desvinculada do Estado.

Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello: “Quando não há investidura nem aparência de legitimidade, está-se diante de usurpador, e os atos são nulos.”

O STJ tem admitido que são nulos os atos praticados por quem se passa por servidor público sem qualquer respaldo legal ou fático para tanto, tratando-se de usurpador da função.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*, 37. ed., p. 313.

A respeito das espécies de atos administrativos, considere a situação hipotética e julgue o item a seguir.

Bilbo Bolseiro, servidor público federal, foi designado por portaria interna para atuar como fiscal de contratos administrativos em sua unidade. Ao perceber diversas irregularidades em um contrato de prestação de serviços, lavrou relatório técnico e propôs a rescisão unilateral do ajuste.

- 13 Nessa hipótese, o relatório de Bilbo configura um ato administrativo normativo, pois tem por finalidade aplicar sanções ao particular contratado.

Errado.

Assunto abordado: Espécies de atos administrativos.

O relatório técnico elaborado por Bilbo Bolseiro é ato administrativo enunciativo, pois se trata de manifestação opinativa ou técnica, sem conteúdo decisório ou normativo. Ele não possui força de sanção ou de comando direto, servindo apenas de subsídio para eventual decisão da autoridade competente. Os atos administrativos normativos, por sua vez, são aqueles que estabelecem regras gerais e abstratas, como regulamentos, resoluções e instruções.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro esclarece: “Os atos enunciativos limitam-se a atestar ou opinar sobre fatos, como certidões, pareceres, relatórios”. Segundo jurisprudência do STJ: “Relatório ou parecer técnico constitui ato enunciativo, sem conteúdo de imperatividade”.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, 35. ed., p. 255.

Acerca dos preceitos do Direito Administrativo, julgue o item que se segue.

- 14 No âmbito do direito administrativo, o silêncio da administração pública, como regra, configura omissão ilícita e gera responsabilidade objetiva do Estado, sendo vedado atribuir-lhe qualquer efeito jurídico válido, salvo quando expressamente previsto em lei.

Errado.

Assunto abordado: O silêncio no Direito Administrativo.

Embora o silêncio da administração possa, em regra, representar uma omissão ilícita e configurar inércia administrativa, **nem sempre é destituído de efeitos jurídicos**. A depender da previsão legal, o silêncio pode significar **anuência tácita** (silêncio positivo) ou **negação tácita** (silêncio negativo).

Exemplo disso é o art. 48 da Lei n. 9.784/1999, que regula o processo administrativo federal e prevê, no § 1º do art. 48, que, **em casos expressamente previstos em lei, a inércia da administração poderá ser interpretada como aprovação tácita**.

A doutrina também entende assim. Segundo Alexandre Mazza: “A inércia da Administração, em regra, não possui efeitos jurídicos positivos. No entanto, pode haver previsão legal expressa atribuindo à omissão efeito favorável ou desfavorável ao administrado, como ocorre nas hipóteses de autorização tácita”.

MAZZA, Alexandre. *Manual de Direito Administrativo*, 11. ed., p. 218.

A respeito da teoria dos motivos determinantes, considere a situação hipotética e julgue o item a seguir.

O delegado da Polícia Federal Aureliano Fonseca, no exercício de função de chefia, editou portaria de remoção *ex officio* de um servidor, alegando a necessidade de reestruturação da equipe para atender a demandas operacionais. Contudo, posteriormente, verificou-se que a real motivação foi de natureza pessoal, em virtude de desavenças entre os dois.

- 15 Nessa situação, nos termos da teoria dos motivos determinantes, o ato é inválido, ainda que a remoção fosse, em tese, de competência do delegado.

Certo.

Assunto abordado: Teoria dos motivos determinantes.

Isso mesmo. Segundo a **teoria dos motivos determinantes**, se a Administração explicita os fundamentos de um ato, **esses fundamentos devem ser verdadeiros e coerentes com a realidade fática**, sob pena de o ato ser considerado inválido.

Mesmo que o delegado tenha competência para a remoção, a motivação falsa ou pretextual vicia o ato, pois houve desvio de finalidade. Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina: “Se a Administração declara os motivos do ato, mesmo que a lei não exija, esses motivos passam a integrar a validade do ato; se forem falsos ou inexistentes, o ato será inválido”.

A jurisprudência também caminha nesse sentido. Conforme o STJ: “Segundo a teoria dos motivos determinantes, a validade do ato administrativo vincula-se aos motivos indicados como seu fundamento, de modo que, se inexistentes ou falsos, comprometem a legalidade do ato”.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*, 36. ed., p. 253.

ASSINATURA ILIMITADA X

Mude de vida. Garanta seu futuro com a melhor plataforma de estudos para concurso público.

A realização do seu sonho merece um investimento de qualidade. Não desperdice tempo, dinheiro e energia. Invista no seu sucesso, no seu futuro e na sua realização profissional. Assine **AGORA** a melhor e mais completa plataforma de ensino para concursos públicos. Sua nomeação na palma da sua mão com a **Assinatura Ilimitada X** do Gran.



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

(61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero ser assinante ilimitado agora